



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

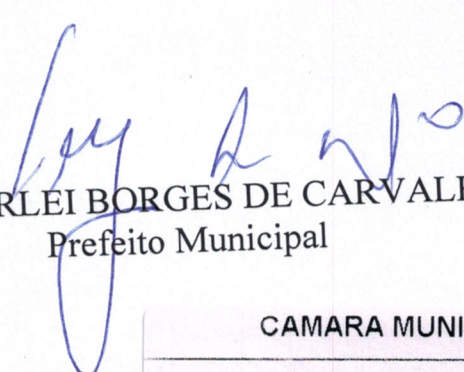
de agosto de 2.018

Projeto de Lei nº 81/2018

Of. GAB.nº 669
Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º no Artigo 2º, altera o Parágrafo único do Artigo 12, altera o § 5º do Artigo 31, altera o Artigo 47, exclui o § 2º do Artigo 51 e altera os itens 3 a 9 do Anexo II – Cronograma de Ações, previsto na Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2.013 e Lei nº 4.068, de 28 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

Renovamos os protestos de estima e consideração.


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO

PROTOCOLO DE ENTRADA

Sequência: 547 / 2018 Data/Hora: 03/08/2018 16:05

Descrição:

PROJ. LEI EXECUTIVO

OF.GAB. Nº 669 PROJETO DE LEI

Exmo. Sr. Vereador
GERSON ARAÚJO PINTO
Presidente da Câmara Municipal
NESTA.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

PROJETO DE LEI

“Acrescenta os §§ 1º, 2º e 3º no Artigo 2º, altera o Parágrafo único do Artigo 12, altera o § 5º do Artigo 31, altera o Artigo 47, exclui o § 2º do Artigo 51 e altera os itens 3 a 9 do Anexo II – Cronograma de Ações, previsto na Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2.013 e Lei nº 4.068, de 28 de dezembro de 2016, e dá outras providências”.

Art. 1º - Ficam acrescentados os §§ 1º, 2º e 3º no Artigo 2º da Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

ARTIGO 2º -

I - ...

II - ...

III - ...

IV - ...

§ 1º - *Não se aplica ao inciso IV acima a concessão de alvará de funcionamento às empresas instaladas em imóveis antigos devidamente regularizados, anteriores às exigências desta legislação. Porém, qualquer intervenção no imóvel, reforma, construção ou a ampliação nos espaços externos e de uso comum das edificações de uso público ou coletivo, ou mudança de destinação para esses tipos de usos, deverão ser executadas de modo que sejam adequadas ou adaptadas à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em observância com a NBR 9050.*

§ 2º - *Para expedição dos alvarás de funcionamento e adequação dos imóveis antigos, deverá ser apresentado o cronograma de atividades, quando for necessária a execução de obras e serviços para adaptação da edificação às normas técnicas de acessibilidade, em especial à NBR 9050.*

a) *cronograma de atividades é um instrumento de planejamento, no qual deverão estar previstas as obras e ações necessárias para atender às normas de acessibilidade, incluindo projeto, licença de obra, obras, sinalização, perícia, laudo técnico, vistoria, autor de conclusão e demais itens pertinentes;*

b) *o cronograma deverá ser assinado pelo proprietário do imóvel, pelo representante da empresa/requerente e por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);*

c) *se o prazo para conclusão da obra extrapolar o período de 180 dias, o processo será remetido para análise e parecer da Comissão Permanente*



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

de Acessibilidade, instruído com parecer tecnicamente justificado, cronograma de obras elaborado por profissional habilitado pelo CREA ou CAU, demonstrando que está em conformidade com a legislação vigente e que o planejamento atenderá às regras de acessibilidade;

d) quando do término das obras, deverá ser apresentado e encartado no processo inicial, laudo técnico com fotos, elaborado por profissional habilitado pelo CREA ou CAU, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que comprovará e atestará o cumprimento do cronograma proposto e das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas vigentes;

e) quando o cronograma não for cumprido, o alvará de funcionamento da empresa não será renovado, e serão aplicadas as penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

§ 3º - Para as edificações antigas, anteriores a legislação, de uso aberto ao público que não possuam acessibilidade o proprietário do imóvel e/ou o inquilino que deverão providenciar os documentos exigidos no § 2º que comprove a possibilidade de adaptação às regras de acessibilidade, podendo seguir as seguintes regras:

a) salas comerciais, situadas em pavimento superior que não haja solução para adaptação às regras de acessibilidade devidamente comprovada conforme § 2º, ficarão proibidas de terem atividades de atendimento ao público, com exceção aos imóveis e empresas antigas anteriores à legislação, desde que disponibilizem no pavimento térreo acessibilidade ou indique outro local adaptado e acessível para atendimento, obterão alvará para funcionamento;

b) locais e imóveis anteriores a legislação, onde as inclinações/desníveis das ruas e calçadas são incompatíveis com as indicadas pela NBR 9050 e dificultam a promoção da acessibilidade aos imóveis, onde muitas das soluções técnicas e adaptações são onerosas, poderão ser usadas rampas móveis, como forma de tornar o imóvel acessível, no caso de comprovada impossibilidade de solução técnica conforme § 2º;

c) empresas e imóveis aprovados anteriormente a legislação, localizadas em salas com até 30,00m² de área útil (Código de Edificações – Art. 155), não havendo condições técnicas de adequação conforme § 2º, obterão alvará para funcionamento;

d) profissionais autônomos e empresas que não possuem atendimento ao público, localizados em imóveis sem acessibilidade, poderão obter o alvará de funcionamento, uma vez que podem ir até o cliente em espaço adequado/adaptado.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

Art. 2º - Fica alterado o Parágrafo único do Artigo 12 da Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 - ...

Parágrafo único - Para a emissão do habite-se e certidões, deve ser observado e confirmado o cumprimento das regras de acessibilidade previstas nesta lei.

Art. 3º - Fica alterado o § 5º do Artigo 31 da Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - ...

§ 3º - ...

§ 4º - ...

§ 5º - Para os novos loteamentos, abertos ou fechados, e condomínios a serem implantados no Município, as calçadas deverão ser executadas pelo loteador em todas as áreas públicas, observando as orientações da SABESP e os materiais de confecção citados no § 2º deste artigo, devendo a largura do passeio público ser de 2,50m (dois metros e meio) no mínimo.

§ 6º - ...

§ 7º - ...

§ 8º - ...

§ 9º - ...

Art. 4º - Fica alterado o Artigo 47 da Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 47 - A Comissão Permanente de Acessibilidade do Município de São João da Boa Vista é órgão consultivo, vinculado e coordenado pelo Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal, composto de representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos e instituições:

- I- Dois representantes do Departamento de Engenharia;
- II- Um representante do Departamento de Gestão e Planejamento Urbano;
- III- Um representante do Departamento de Saúde;
- IV- Um representante do Departamento Jurídico;
- V- Um representante do Departamento do Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento;



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

- VI- Um representante do Departamento de Serviços, Obras e Infraestrutura;
- VII- Um representante do Departamento de Assistência Social;
- VIII- Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD;
- IX- Dois representantes da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São João da Boa Vista – AEA;
- X- Um representante da Associação Comercial e Industrial de São João da Boa Vista – ACE;
- XI- Um representante da Assessoria de Transito e Segurança.

Art. 5º - Fica excluído o § 2º do Artigo 51 da Lei nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013, ficando o seu § 1º transformado em Parágrafo único.

Art. 51 - ...

Parágrafo único - As edificações que forem consideradas inacessíveis ou sem condições técnicas de adaptação pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), não receberão o selo certificador de acessibilidade.

Art. 6º - Ficam alterados os itens 3 a 9 do Anexo II – Cronograma de Ações, previsto na Lei Municipal nº 3.462, de 18 de dezembro de 2013 e Lei nº 4.068, de 28 de dezembro de 2016, prorrogando-se os prazos e passando a vigorar tais itens com as seguintes redações:

| Item | Objeto | Ação | Responsável / Parceiros | Prazo |
|------|--|--|--|--|
| 3 | Alvará de funcionamento | Regulamentação da emissão do Alvará de Funcionamento (Alvará de Vistoria e Renovação de Alvará) | CPA, Departamento de Engenharia e Fiscalização de Tributos | Conforme validade do AVCB, Cetesb e/ou cronograma adequação. |
| 4 | Mini rotas ao redor das unidades de saúde, creches, escolas e locais de acesso ao público (Anexo I), prevendo soluções com | Elaboração de Projetos, Orçamentos e Memoriais | Departamento de Gestão e Planejamento Urbano e CPA | Até final de 2020 |
| | | Captação de recursos | Departamento Financeiro e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano | Após elaboração de projeto |



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

| | | | | |
|---|---|--|--|---|
| | rampas, travessias em nível, eliminação de obstáculos, sinalização, calçadas e estacionamento | Implantação e execução dos Projetos | Departamento de Obras e Infraestrutura ou construtora vencedora da licitação | Dois anos após captação de verbas |
| 5 | Grandes Eixos e praças (Anexo I), prevendo soluções com rampas, travessias em nível, eliminação de obstáculos, sinalização, calçadas e estacionamento | Elaboração de Projetos, Orçamentos e Memoriais, com a definição de parcerias | Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, CPA e parceiros | Até final de 2020 |
| | | Captação de recursos | Departamento Financeiro e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano | Após elaboração de projetos |
| | | Implantação e execução dos Projetos | Departamento de Obras e Infraestrutura ou construtora vencedora da licitação e parceiros | Três anos após captação de verbas |
| 6 | Prédios públicos existentes | Elaboração de Projetos de adequação, Orçamentos e Memoriais | Departamento de Gestão e Planejamento Urbano e CPA | Até final de 2020 |
| | | Captação de recursos | Departamento Financeiro e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano | Após elaboração de projetos |
| | | Implantação e execução dos Projetos | Departamento de Obras e Infraestrutura ou construtora vencedora da licitação | Três anos após captação de verbas |
| 7 | Revisão da Lei nº 1.477 de 28/12/04 e alterações | Instituição da Comissão de Estudos, com a definição de parcerias | Poder Executivo | Após revisão da Lei nº 1.926/2006 (Plano Diretor) |
| | | Elaboração do Anteprojeto de Lei | Poder Executivo, Departamento | Dois anos após revisão da Lei nº |

HP



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

| | | | | |
|--|-------------------------|----------------------------|---|----------------------------|
| | (Código de Edificações) | Audiência Pública | Jurídico, Assessoria de Comunicação Social, Departamento de Engenharia e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano | 1.926/2006 (Plano Diretor) |
| | | Encaminhamento e Aprovação | Poder Executivo Poder Legislativo | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 8 | Revisão da Lei nº 1.366 de 07/07/04 e alterações (Parcelamento de Solo) | Instituição da Comissão de Estudos, com definição das parcerias | Poder Executivo | Após Aprovação do Plano Diretor Estratégico na Câmara Municipal |
| | | Elaboração do Anteprojeto de Lei | Poder Executivo, Departamento Jurídico, Assessoria de Comunicação Social, Departamento de Engenharia e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano | Dois anos após revisão da Lei nº 1.926/2006 (Plano Diretor) |
| | | Audiência Pública | | |
| | | Encaminhamento e Aprovação | Poder Executivo Poder Legislativo | |
| 9 | Elaboração do Código de Posturas | Instituição da Comissão de Estudos, com definição das parcerias e contratação de empresa de consultoria especializada | Poder Executivo | Após revisão da Lei nº 1.926/2006 (Plano Diretor) |
| | | Elaboração do Anteprojeto de Lei | Poder Executivo, Departamento Jurídico, Assessoria de Comunicação, | Dois anos após revisão da Lei nº 1.926/2006 (Plano Diretor) |

40



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

| | | | | |
|--|--|----------------------------|--|--|
| | | Audiência Pública | Departamento de Engenharia e Departamento de Gestão e Planejamento Urbano, Departamento Financeiro, Departamento de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, parceiros e empresa contratada | |
| | | Encaminhamento e Aprovação | Poder Executivo Poder Legislativo | |

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida estão consagrados na Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento discriminação atentatória dos direitos e liberdade fundamentais.

O comprometimento em assegurar às pessoas com deficiência, dentre outros direitos, o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas a serviços e a instalação abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como rural. A obrigatoriedade destina-se inclusive a desenvolver, promulgar e monitorar a implementação de normas e diretrizes mínimas para a acessibilidade das instalações e dos serviços abertos ao público ou de uso público, o que compreende a obrigação voltada às entidades privadas.

O Poder Público Municipal não pode deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previsto na legislação seja federal, estadual ou municipal, sob pena de seus agentes responderem conjuntamente com o particular envolvido (empresas, comerciantes, proprietários dos imóveis) por ato de improbidade administrativa (art. 11, IX, da Lei nº 8.429/92).

As dificuldades em analisar, orientar e exigir o cumprimento das normas de acessibilidade em imóveis existentes. A nossa cidade constituída onde as inclinações / desníveis das ruas e calçadas são incompatíveis com as indicadas pela NBR 9050 e dificultam a promoção da acessibilidade aos imóveis, onde muitas vezes as soluções técnicas e adaptações são extremamente onerosas.



PREFEITURA MUNICIPAL

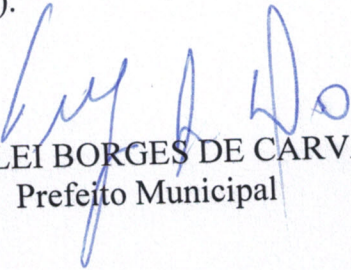
SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

Diante disso, foram necessárias implementar modificações na Lei Municipal nº 3.462/13 para melhor garantir os direitos das pessoas portadoras de deficiência, notadamente o acesso à imóveis de uso aberto ao público, e também a flexibilidade de atendimento as exigências previstas na legislação por parte dos empresários e imóveis existentes anteriores à Legislação.

-
Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos três dias do mês de agosto de dois mil e dezoito (03.08.2018).


VANDERLEI BORGES DE CARVALHO
Prefeito Municipal